



PREFEITURA MUNICIPAL DA

SERRA

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Plano Municipal de Saneamento Básico

Serra – ES

2021

APRESENTAÇÃO

O presente documento é parte constitutiva das etapas para a Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMSB/PMGIRS) e refere-se à definição teórico-metodológica e às estratégias previstas para a Mobilização Social para a elaboração dos referidos planos para o município da Serra/ES.

PRESIDENTE

Claudio Denicoli dos Santos – Engenheiro Civil

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Bruno Navarro Figueiredo – Engenheiro Ambiental

Rahony Bregensk Alves - Engenheiro Civil e Ambiental

Stephanie Cabalini Zucoloto Magalhães – Engenheira Sanitarista e Ambiental

EQUIPE TÉCNICA

André Barroso Ribeiro - Engenheiro Florestal

André Nascimento Pires - Engenheiro Civil

Carolina Pimenta de Alcântara – Oceanógrafa

Celia Regina Nascimento Recco – Bióloga

Domitílio Calenzani Netto – Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho

Edgar Allan Martins - Engenheiro Ambiental

Edmara Salete Lorenção – Geógrafa

Everton Patuzzo Silva – Geógrafo

Fabio Araújo Faustini - Engenheiro Civil

Francine Miranda Moro Dias - Bióloga

Gilberto José de Santana Júnior - Procurador do município - Advogado

Gilson Teixeira Leite - Cientista Social

Graciely Aparecida Pirovani da Costa - Tecnóloga Ambiental

Isis Rangel Garcia Menezes – Bióloga

Jeferson Henrique Marques – Técnico Agrícola

Jefferson Miranda Pimentel – Arquiteto

Joana Martins e Mendonça Sodré (In memoriam) - Analista de Sistemas

Leticia Medeiros Tagarro Pelissari - Engenheira Civil

Lizandra Broseghini Föeger – Engenheira Sanitarista e Ambiental

Luiz Fernando Aledi Dadalto - Biólogo

Miniarê Bispo Rossi – Bióloga

Ricardo Rodes Pereira - Engenheiro Químico

Robson Mendes de Paulo - Engenheiro Agrônomo

Sgart Silva Carone Bodart - Engenheiro Florestal

Vergínia Januário dos Reis Rocha - Engenheira Civil

LISTA DE SIGLAS

- ABES - Associação Brasileira de Eng Sanitária e Ambiental
- ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
- ABREN - Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos
- AGERH - Agência Estadual de Recursos Hídricos
- AMO - Assembleia Municipal do Orçamento
- AMUNES - Associação dos Municípios do Espírito Santo
- ARSP - Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo
- ASES - Associação dos Empresários da Serra
- CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
- CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas
- CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento
- CETURB - Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória
- CF - Constituição Federal
- COPLAGE - Comissão de Planejamento e Gestão Estratégica
- CRBio - Conselho Regional de Biologia
- CREA/ES - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
- CRQ - Conselho Regional de Química
- E-sic - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
- ETP - Encontro Técnico Participativo
- FABRA - Faculdade Brasileira Cristã
- FAMS - Federação das Associações de Moradores da Serra
- FINDES - Federação dos Trabalhadores na Indústria do Espírito Santo
- FTIEES - Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Espírito Santo
- GT - Grupos de trabalho
- IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

ONG's - Organizações não Governamentais

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PMGIRS - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PMS - Prefeitura Municipal da Serra

PMSB - Planos Municipais de Saneamento Básico

PPA - Plano Plurianual de Aplicação

PROGER - Procuradoria Geral do município

SINDIROCHAS - Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais

SINDUSCON/ES - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo

UCL - Faculdade do Centro Leste

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UNESC - Centro Universitário do Espírito Santo

MULTIVIX - Instituição de Ensino Superior privada

DOCTUM - Rede de Ensino

CEDTEC - Escola Técnica que atua no ES

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 6.1.2 - Programação Encontro Técnico Participativo..... | 24 |
| Quadro 6.1.3 (a) - Programação 1ª Audiência..... | 26 |
| Quadro 6.1.3 (b) - Programação 2ª Audiência..... | 27 |
| Quadro 6.1.3 (c) - Programação 3ª Audiência..... | 28 |
| Quadro 6.1.3 (d) - Programação 4ª Audiência..... | 30 |
| Quadro 6.1.4 - Programação da Consulta Pública..... | 31 |
| Quadro 7.1 - Síntese de mídias, conteúdo e uso/divulgação..... | 34 |
| Quadro 7.2 - Meios de contato com o E-Sic | 39 |
| Quadro 8.1 - Principais setores, órgãos e instituições envolvidos na construção e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico Eixos: Água, Esgoto e Manejo de Resíduos Sólidos..... | 40 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01 - Divisão territorial consensuada pela equipe técnica COPLAGE | 21 |
| Figura 02 – Figura 02 – Modelo de Convites Eletrônicos..... | 35 |
| Figura 03 – Canais de comunicação informados na Audiência Pública de Mobilização Social..... | 35 |
| Figura 04 – Identidade Visual dos Planos..... | 36 |
| Figura 05 – Modelo proposto para lista de presença..... | 37 |
| Figura 06 - Questionário de Mobilização Social..... | 37 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 6 |
| 2. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL | 9 |
| 3. ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | 13 |
| 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 16 |
| 5. ACOMPANHAMENTO | 18 |
| 6. ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO | 19 |
| 6.1. Sistema Virtual de Informação e Participação | 20 |
| 6.1.1. Reuniões de Mobilização | 20 |
| 6.1.2. Encontros Técnicos Participativos | 22 |
| 6.1.3. Audiências Públicas | 23 |
| 1ª Audiência: Apresentação Preliminar | 23 |
| 6.1.4. Consulta Pública | 29 |
| 6.2. Reuniões de Trabalho | 30 |
| 6.3. Participação Presencial | 30 |
| 7. INSTRUMENTOS DE MOBILIZAÇÃO | 32 |
| 7.1. Meios de verificação das audiências e reuniões | 34 |
| 7.2. Recursos a serem disponibilizados para realização dos trabalhos | 34 |
| 7.3. Formas de disponibilização das informações e canais de participação social | 34 |
| 8. FASES DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO | 36 |
| 8.1. Fase 1: Estimular os Setores Sociais a Participarem do Processo | 36 |
| 8.2. Fase 2: Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação | 38 |
| 8.3. Fase 3: Promover a discussão e a participação popular na formulação, discussão de propostas e instrumentos do Plano | 38 |
| 8.4. Fase 4: Garantir a avaliação e respostas a todas as emendas apresentadas ao Plano | 39 |
| 9. CRONOGRAMA DAS MOBILIZAÇÕES | 39 |
| 10. RESULTADOS ESPERADOS | 42 |
| 11. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 42 |

1. INTRODUÇÃO

Os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) são instrumentos exigidos pelas Leis Federais nº 11.445/2007 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010) e nº 12.305/2010 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010) que instituíram, respectivamente, as Políticas Nacionais de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos. Suas implementações possibilitam planejar as ações de Saneamento Básico dos municípios na direção da universalização do atendimento. Com a intenção de potencializar a resolução de problemas comuns, qualificar os resultados e otimizar a aplicação de recursos, a Prefeitura Municipal da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, nomeou uma comissão denominada COPLAGE para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

O período de realização deste plano é de **12 meses**, após a publicação dos Decretos Municipais nº 1494/2021, 1495/2021, 1496/2021 e 1497/2021, no Diário Oficial do Município da Serra, e será desenvolvido pela Equipe Técnica Multidisciplinar da Prefeitura, com o objetivo de desempenhar atividades de apoio à elaboração de políticas públicas (planos, programas, projetos e ações) relacionados ao saneamento ambiental.

Como atribuições indelegáveis do titular dos serviços, a Política e o Plano devem ser elaborados com participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. Desse modo, o presente documento apresenta a proposta de Mobilização Social para a efetividade da participação social na elaboração destas importantes políticas públicas, desencadeada pela iniciativa Município da Serra, sendo esta, fundamental à garantia de direitos e condições de vida da população serrana.

A Lei nº 11.445/2007, que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelece o controle social como um de seus princípios fundamentais e o define como o *“conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento”*.

O objetivo deste plano é mobilizar a sociedade para sensibilização e participação no PMSB da Serra, uma vez que é importante que a sociedade se envolva nas discussões acerca do plano, tendo a oportunidade de conhecerem e entenderem o que acontece com o saneamento municipal, discutirem as causas dos problemas e buscar soluções coerentes.

Tal objetivo pode ser melhor compreendido na exposição dos objetivos específicos que seguem abaixo:

- a) Refletir as necessidades e anseios da população;
- b) Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social;
- c) Envolver a sociedade durante todo o processo de elaboração do PMSB;
- d) Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais;
- e) Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
e
- f) Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada através da criação de conselhos ou fóruns relacionados à temática que defenda os interesses dos usuários dos serviços de saneamento básico, tendo em vista o princípio da universalização desse setor. Sendo assim, esses novos grupos deverão transpor a prática de defesa dos interesses privados disputados pelas pessoas organizadas, mas, deverá pautar o horizonte de atendimento da política de todo o território de maneira equitativa.

Sendo assim, percebe-se a importância dada ao estímulo à participação da sociedade, processo que permitirá elaborar um plano coerente e adequado com a realidade local e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população local, propícios por uma melhor prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Dessa maneira, o PMSB, no que concerne à mobilização social, abará atividades para a mobilização social, tais como:

- a) Identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PMSB no município;
- b) Identificação e discussão preliminar da realidade atual da Serra, no âmbito do saneamento básico;
- c) Capacitação, audiências, encontros técnicos participativos; e
- d) Divulgação da elaboração do PMSB a todas as comunidades (rural e urbana), bem como a maneira que será realizada tal divulgação. Com a finalidade explicitada, este documento está organizado em três momentos. O primeiro apresenta a relevância da participação social na democratização das políticas públicas no Brasil, com destaque para a compreensão deste processo na conquista e afirmação do Direito à Cidade, em seus aspectos teóricos e políticos. A segunda traz em linhas gerais, as diretrizes preconizadas no Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) no que diz respeito aos processos democráticos para a efetivação das políticas urbanas, destacando-se dentre estas, o Saneamento Ambiental. Finalizando, trataremos dos procedimentos metodológicos de execução do Plano de Mobilização Social (PMS) na Serra, considerando as orientações normativas e pedagógicas do trabalho técnico social adotado a ser desenvolvido nos municípios relacionados.

Vale destacar que as orientações normativas e pedagógicas estão pautadas nos princípios democráticos e de educação popular, sendo assim, buscar-se-á atender às demandas legais de controle social prevista em Constituição vigente, Estatuto das Cidades, e, Lei nº 11.445/2007, através da adoção de procedimentos que garantam a participação social efetiva. Nesse sentido, o trabalho técnico social executado na Serra, através das Reuniões de Mobilização Social descritas no item 6, será orientado por um posicionamento democrático e comprometido com a população atendida. Essas orientações normativas e pedagógicas podem ser materializadas pelos procedimentos descritos neste documento, como a adoção de metodologias de divulgação eficientes das reuniões, adoção de uma linguagem acessível em reunião que propicie a desinibição dos presentes, bem como a capacitação dos participantes, a fim de instrumentalizá-los para o controle social efetivo durante as etapas de elaboração e execução dos planos, e, priorização de instrumentos que possibilitem a manifestação, inclusive anônima, dos presentes como a distribuição de fichas de avaliação da reunião, questionários em etapa de diagnóstico, e, ficha de contribuições em etapas de discussão dos PPAs e Audiências Públicas Finais.

Cabe destacar, que os artigos 47 e 51 da Lei nº 11.445/2007, preceitua que,

Art. 47. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, nacional, estaduais, distrital e municipais, em especial o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, assegurada a representação: (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Art. 51. O processo de elaboração e revisão dos planos de saneamento básico deverá prever sua divulgação em conjunto com os estudos que os fundamentarem, o recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública e, quando previsto na legislação do titular, análise e opinião por órgão colegiado criado nos termos do art. 47 desta Lei.

Parágrafo único. A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da internet e por audiência pública.

O Decreto nº. 7.217/2010 prevê que,

Art. 26. A elaboração e a revisão dos planos de saneamento básico deverão efetivar-se, de forma a garantir a ampla participação das comunidades, dos movimentos e das entidades da sociedade civil, por meio de procedimento que, no mínimo, deverá prever fases de:

- I - divulgação, em conjunto com os estudos que os fundamentarem;
- II - recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública; e
- III - quando previsto na legislação do titular, análise e opinião por órgão colegiado criado nos termos do art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.

§ 1º A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores - internet e por audiência pública.

§ 2º Após 31 de dezembro de 2024, a existência de plano de saneamento básico com anuência do titular dos serviços será condição para o acesso aos recursos orçamentários da União ou aos recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico. (Redação dada pelo Decreto nº 11.467, de 2023)

2. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

É inegável a relevância da participação social na elaboração, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas e o surgimento e a ampliação desses espaços de participação estão ligados ao seu caráter público e fundamental para a sobrevivência e sociabilidade humana contrária à barbárie.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova fase da história brasileira – a redemocratização após um longo período autoritário. Nela, algumas reivindicações dos diversos movimentos e organizações foram contempladas, como a autonomia da esfera municipal aliada a um aumento de sua participação na divisão dos tributos do país, a descentralização e municipalização das políticas públicas, a participação da população no controle e gestão dessas políticas. Os estados e os municípios da federação brasileira elaboraram e/ou reelaboraram suas leis dentro dos novos princípios democráticos estabelecidos (FERREIRA, 2006).

A implementação dos mecanismos de participação popular após a Constituição de 1988, especialmente os mecanismos de controle da gestão de políticas públicas (conselhos e conferências), exigiu enorme esforço político de organizações da sociedade civil (FERRAZ, 2020). Mas foi num contexto neoliberal de caráter elitista das democracias representativas, que privilegia homens brancos, escolarizados e de alta renda, que as organizações da sociedade civil no Brasil se envolveram na construção desses mecanismos de participação popular. Nesse contexto surgem os os Conselhos Gestores de políticas públicas. Eles não são exatamente uma novidade no cenário político brasileiro. Nas décadas de 1970 e 1980, realizaram-se experiências de participação popular na gestão de políticas públicas por meio de

Conselhos e Fóruns Populares em diversos municípios brasileiros. Mas foi a partir da inscrição na Constituição Federal de 1988 da participação da comunidade como uma diretriz a ser seguida nas ações e nos serviços públicos que os Conselhos foram moldando os espaços de participação popular e se multiplicaram em todo o país (FERRAZ, 2009).

A institucionalização da participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas, tanto pode servir para ampliar a participação e ser um contraponto na defesa dos direitos, como pode servir para engessar e burocratizar a participação, contribuindo para um arrefecimento da participação social ou despolitização do processo.

No debate teórico e político que gira em torno da democracia e da participação, é necessário a reflexão a respeito da relação Estado e sociedade, visto que se apresentam diferentes concepções. Na perspectiva do pensamento liberal, a relação entre Estado e sociedade é compreendida a partir de uma relação dicotômica em que o Estado é entendido como aparato da administração pública, e a sociedade como um sistema estruturado de relações de pessoas privadas. A partir desta concepção, a democracia é vista como um instrumento de gestão, e a participação da sociedade é tomada como forma de reduzir os custos do Estado (FERREIRA, 2006).

Já no pensamento crítico, principalmente a partir da contribuição de Gramsci, a concepção de Estado é dialética: Estado e sociedade são pensados como dois momentos de um mesmo processo. Seu pensamento nos ajuda a compreender o processo de constituição da democracia brasileira e o significado que assumiu a participação no Brasil de hoje. Para Gramsci, o Estado é um aparato de dominação. Condensa as relações sociais e age em conformidade com as classes que dominam a economia e que sustentam um projeto de hegemonia. Mas é também essencialmente um campo de disputas, no qual a correlação de forças, a movimentação social e a organização política têm papel decisivo. Apesar da ideia de participação ser vista como uma prática ética e política, sobretudo como meio de se fazer presente na vida coletiva e de disputa de hegemonia, nem sempre se traduziu em maior participação. Na complexificação das sociedades modernas, com fragmentação dos interesses e constituição de sociedades mais plurais, crise do Estado e problemas de representação, o caminho tomado favoreceu a chamada democracia gerencial (NOGUEIRA *apud* FERREIRA, 2006).

Marco Aurélio Nogueira (*apud* FERREIRA, 2006) define a participação gerencial como sendo um conjunto de práticas e de ações que se orientam por uma ideia de política como troca entre governantes e governados: quanto mais interações cooperativas existirem, melhor para o sucesso eleitoral e a legitimação dos governantes e melhor para os grupos sociais envolvidos, que podem assim ver atendida parte de suas postulações. Dentro desse contexto, a participação se converteu num instrumento para solidarizar governantes e governados, para aliviar e agilizar a ação governamental, para comparar custos e decisões, para reduzir atritos entre governo e sociedade.

Do ponto de vista neoliberal, há que se transformar a cultura burocrática do Estado em cultura gerencial. Isso se daria pelo uso de instrumentos de gestão do setor privado no setor público com a adoção dos programas de qualidade, reengenharia organizacional, terceirização e planejamento estratégico. Enquanto o projeto democrático-popular aposta na partilha do poder entre Estado e sociedade para definir a noção de interesse público, propiciando as condições para o exercício da cidadania, o projeto neoliberal expresso no modelo gerencial de administração pública defende a participação efetiva do cidadão a partir de sua atuação na execução de políticas públicas, no controle do custo e qualidade dos serviços prestados, e não na redefinição dos espaços públicos e na formulação de políticas (TATAGIBA *apud* PINTO, 2007).

Essa nova face da sociedade civil traz à cena um associativismo de novo tipo, com novos atores e novos temas. Destacam-se aqueles centrados na questão ética ou de revalorização da vida humana. Assim, as políticas são formuladas para segmentos sociais, privilegiando áreas temáticas e não mais os atores sociais organizados em movimentos. “[...] os sujeitos das ações transfiguram-se em problemáticas: a fome, a moradia, o desemprego, os sem-terra, os sem-teto etc” (GOHN, 1997, p. 311). Os diversos conselhos com temáticas próprias, que já eram uma forma de participação reivindicada pela maioria dos movimentos sociais dos anos 80, foram absorvidos como estratégia política pela maioria dos planos e projetos governamentais para viabilizar a questão da participação da população nos órgãos e políticas estatais. Portanto,

[...] a relação da sociedade civil organizada com o Estado é de outra natureza nos anos 90, bem distinta dos confrontos nos anos do regime militar, ou das negociações, assembleias e consultas populares dos primeiros anos da Nova República. Hoje as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato. As agendas dos órgãos públicos necessariamente contemplam a interação com a sociedade civil, mas esta interação ainda ocorre segundo os interesses e regras estabelecidas pelas elites ou grupos que estão no poder (GOHN, 1997, p. 318).

Mesmo considerando as características heterogêneas e multifacetadas da sociedade civil, pode-se, a partir dela e de sua interface com o Estado, buscar o alargamento da participação nos processos decisórios e o bloqueio das estratégias de destruição dos direitos sociais e dos institutos de representação coletiva. O desafio está posto num contexto extremamente desfavorável à classe trabalhadora. Assim, ainda resta um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para construir um efetivo protagonismo das massas capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira como protagonista de nossa esfera pública (COUTINHO *apud* FERREIRA, 2006).

Nesse sentido, a própria ação dos conselhos de direitos, sua operacionalização e resultados se colocam como parte do processo de construção do espaço democrático e fazem parte da disputa existente na sociedade em torno dos modelos e projetos

políticos de sociedade e de Estado. A ascensão ao poder de partidos que em municípios e estados, com programas que privilegiam a participação da sociedade e estimulam a criação de instrumentos que possam proporcionar essa participação, como o Orçamento Participativo, mostram que governar partilhando poder com a sociedade é possível (FERRAZ, 2009).

Nesse contexto, podemos situar o que ocorreu no município da Serra. O período que antecedeu a introdução dos “Grandes Projetos Econômicos” e da instalação dos Centros Industriais Metropolitanos de Vitória (Civit I e Civit II), até as eleições da década de 1990, no que diz respeito às relações políticas e participação da sociedade na organização e planejamento da cidade e do espaço de poder, foi caracterizado pela predominância de relações baseadas nas práticas do favor e da tutela. A partir daí, aponta-se para um modelo de gestão mais progressista apoiado pelos movimentos populares. No caso da Serra, veremos que o movimento popular, e em particular o movimento das associações de moradores, a emergência de partidos mais afinados com o projeto de luta das classes populares e um conjunto de mediações tiveram um importante papel na mudança e no rumo que o poder local assumiu no município no final da década de 1990 (FERREIRA, 2006).

O debate sobre a história dos movimentos populares do município da Serra é imprescindível para a compreensão de seu atual nível de organização. Ali se desenvolveu um movimento popular que, mesmo envolto num ambiente de forças políticas adversas, conseguiu sobreviver, fortalecendo-se com os obstáculos e operando como ator na construção de um novo cenário político na região. Esta análise é relevante na medida em que nos aponta a influência que o movimento popular concedeu ao processo de implementação de mecanismos de gestão democráticos como os Conselhos Gestores, Orçamento Participativo e outros. Após a conquista do espaço de discussão, foi aprovada, em agosto de 1994 a Lei nº 1.788 que institui a Assembleia Municipal do Orçamento (AMO). A aprovação da Lei da AMO dá um novo vigor aos movimentos populares da Serra e inaugura uma nova fase em sua história, “[...] aquela em que a participação popular se aproxima cada vez mais da gestão dos recursos públicos” (CARLOS *apud* FERREIRA, 2006). É preciso destacar que a conquista desses espaços passa pela constituição da Federação das Associações de Moradores da Serra (FAMS), que aprovou, já no I Congresso dos Movimentos Populares da Serra realizado em 1986, um plano de lutas que englobou desde o apoio a lutas mais amplas dos trabalhadores, até propostas mais específicas ligadas à sua relação com a área de saúde, educação, transporte e habitação do município (SERPA *apud* FERREIRA, 2006).

Assim, a democracia pode ser vista como fruto da correlação de forças na direção e organização da relação entre Estado e Sociedade. E,

uma das práticas mais importantes da política democrática consiste justamente em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidade das carências em interesses comuns, e, graças a essa generalidade, fazê-las alcançar a esfera universal dos direitos. Em outras palavras, privilégios e carências determinam a desigualdade econômica,

social e política, contrariando o princípio democrático da igualdade, de sorte que a passagem das carências dispersas em interesses comuns, e destes aos direitos é a luta pela igualdade. Avaliamos o alcance da cidadania popular quando tem força para desfazer privilégios, seja porque os faz perder a legitimidade diante dos direitos e também quando tem força para fazer carências passarem à condição de interesses comuns e, destes, a direitos universais (CHAUÍ, [s.d.]).

A sociedade, ao reivindicar e construir historicamente as políticas públicas, vislumbra-se como campo de possibilidades o fortalecimento da democracia em sentido amplo (político, social e econômico), manifestando uma estratégia de tensionamento do modelo social capitalista e explicitando as suas contradições. Já que o alargamento dos direitos sociais e da construção de uma sociedade baseada na justiça e equidade, pressupõe a superação das desigualdades e a plena expansão dos indivíduos sociais. Por isso, um longo caminho se coloca na tarefa de radicalização da democracia neste modelo de produção e reprodução da vida social.

Dessa forma, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou a participação social no controle das políticas como um dos objetivos a serem alcançados pelo Estado democrático, sendo um dos princípios que demarca uma nova ordem política na sociedade brasileira, os instrumentos como Plano Plurianual de Aplicação (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e os planos locais de desenvolvimento passam também a expressar a racionalidade e intencionalidade dos governos em relação ao atendimento das demandas sociais, econômicas e políticas no espaço contraditório e em disputa na esfera pública das cidades (ESPÍRITO SANTO, 2016).

3. ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Atualmente o quesito fundamental para diminuir as desigualdades sociais é proporcionar aos cidadãos o acesso aos serviços públicos em prol do bem coletivo. A partir desta primícia, o artigo 182 da Constituição Federal (CF) estabelece a função das cidades como:

“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”

Assim, surge a Lei nº 10.257/2001, denominada Estatuto das Cidades, que regulamenta os artigos 182 e 183 da CF, destaque para o seu artigo 1º que dispõe sobre as normas de ordem pública e interesse social que regulamentam o uso da

propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Cabe destacar, que o artigo 2º, inciso I do Estatuto das Cidades tem a finalidade de instruir quanto ao desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo o direito à cidade cada vez mais sustentáveis, estabelecendo assim o direito ao saneamento ambiental, além de outros como:

- Direito à terra urbana;
- Direito à moradia;
- **Direito ao saneamento ambiental;**
- Direito à infraestrutura urbana;
- Direito ao transporte e aos serviços públicos e;
- Direito ao trabalho e ao lazer.

Para garantir o cumprimento destes direitos o Estatuto das Cidades estabelece como um dos seus princípios a gestão democrática, através da ampla participação da população e de associações representativas dos vários segmentos das comunidades na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

O bem estar coletivo preconizado tanto pela CF quanto pelo Estatuto das Cidades é o que garante que a cidade está trilhando o caminho do desenvolvimento sustentável e o Plano Municipal de Água, Esgoto e o Manejo de Resíduos Sólidos são partes fundamentais nas políticas de desenvolvimento urbano que devem estar alinhadas com as políticas de habitação, mobilidade urbana e trânsito, regularização fundiária e ao planejamento territorial.

Portanto, cabe aos entes federativos investir de forma prioritária nos serviços de saneamento básico, uma vez que melhorará a qualidade de vida da população, garantindo níveis adequados de saúde pública e contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

Assim, no ano de 2007 o Governo Federal cria a Lei nº 11.445/2007, denominada Lei Nacional de Saneamento Básico, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, tendo o conceito de saneamento básico ampliado pela Lei nº 14026/2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico tendo como princípios no seu Artigo 7º:

- Universalização e acesso e efetiva prestação do serviço;
- Integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados;
- Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente;

- Disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- Eficiência e sustentabilidade econômica;
- Estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários;
- Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- Controle social;
- Segurança, Qualidade e Regularidade;
- Integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
- Redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reuso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva;
- Prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços;
- Prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- Define regras para a cobrança de tarifas e taxas e critérios para reajuste e revisão tarifária e;
- Consolida e amplia o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico.

Um ponto importante da referida atualização do marco legal do saneamento básico é os seus incisos 3º e 4º e o do art. 7º que diz, respectivamente:

“Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com planos diretores dos Municípios em que estiverem inseridos, ou com os planos de desenvolvimento urbano integrado das unidades regionais por eles abrangidas”;

e

“Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos”.

A aplicação destes incisos garante que os planos de desenvolvimento da cidade caminhem de forma integrada uns com os outros, assim os objetivos e metas serão bem definidos de modo a garantir que a cidade cresça de forma justa, com uma economia pulsante que valorize todo o seu potencial econômico e ambiental.

A fim de atender as referidas legislações o Município da Serra institui no ano de 2013 o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) - Lei nº 4010/2013, e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Serra (PMGIRS), tendo como base a participação da sociedade, estes planos foram um marco para o município, uma vez que a partir deles foram implantadas importantes políticas de saneamento ambiental no município.

Diante do que foi exposto a perspectiva do trabalho é abordar os três componentes do Saneamento Básico a partir dos eixos: Água, Esgoto e Manejo de Resíduos Sólidos possibilitando a participação de toda sociedade como protagonista, desde o início da sua elaboração, para tanto serão realizadas reuniões, seminários e audiências públicas que garantirão legitimidade e sustentabilidade de tudo que serão construídos.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As metodologias de mobilização social deverão facilitar situações que contribuam para processos de conhecimento da atual situação, de forma que os participantes fiquem conscientes dos problemas que os afetam, conheçam suas causas e procurem implementar ações de melhoria, sempre tendo em vista o papel do município, dos cidadãos e da sociedade civil nesse processo.

A proposta metodológica se traduz no planejamento participativo por meio da realização de eventos públicos ao longo das etapas de elaboração do PMSB, relacionando e mapeando representantes dos diversos setores locais, e identificando as estratégias mais eficientes de participação e controle social.

A metodologia também parte do entendimento de que o Plano de Mobilização Social não pode ser desenvolvido de forma dissociada dos demais produtos e deve priorizar uma abordagem que, não apenas fomente uma interação entre os produtos, como também busque uma participação continuada da população na implementação do PMSB.

Neste contexto, as abordagens participativas, apesar de suas contradições e diferentes funcionalidades, são amplamente difundidas e inclusive servem para subsidiar e dar materialidade às orientações normativas das políticas urbanas. Desde a aprovação do Estatuto das Cidades (2001) em várias cidades brasileiras, tendo em vista que *“Pelo planejamento territorial, vem se construindo a concepção de que é possível converter a cidade em benefício para todos; pode-se democratizar as*

oportunidades para os moradores para o uso dos recursos disponíveis de forma democrática e sustentável” (BRASIL, 2005, p.14)

Entretanto, apesar dos avanços, as experiências têm mostrado que muitos destes processos cumprem formal-burocraticamente, a etapa da “participação”, sob um viés de submeter à aprovação final da população os resultados de uma leitura técnica acerca dos Planos. Ou seja, o espaço para a construção coletiva do Plano, é tido como algo distante, restrita aos segmentos dominantes na dinâmica política das cidades. Segundo Rolnik (2002), o trabalhador que produz a riqueza social e ocupa o território, é historicamente excluído deste importante processo de decisão dos rumos da Cidade (seja pelo processo, pela linguagem, pela dinâmica, pelo acesso etc.).

Por isso é fundamental a presença e o espaço para que a população possa intervir e participar na elaboração do diagnóstico integrado da situação local dos componentes do PMSB, a saber: Abastecimento de água; esgotamento sanitário; gestão integrada de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais.

Assim, considerando os objetivos propostos para a Mobilização Social, as atividades com a comunidade, serão desenvolvidas por meio de estratégias didático-pedagógicas que privilegiem a compreensão e o diálogo dos participantes acerca dos mesmos conteúdos previstos na legislação, que são, geralmente, pouco conhecidos do público em geral.

Desta forma, optou-se por trabalhar as informações de modo a potencializar o conhecimento prévio dos participantes acerca da realidade local, seus desafios, conflitos e dinâmicas próprias do contexto de cidades de pequeno porte e sua experiência de usos e organização do território, considerando a sua diversidade (urbano, rural, étnica, de gênero, de classe, etc).

A abordagem teórica se pauta na “metodologia da práxis”, proposta por Konder (1992, p.115), pois

A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

Entende-se que há um potencial subjacente em todos os sujeitos histórico- sociais e que os processos de construção do conhecimento e da própria realidade se dão de forma dialética, visando sobretudo, a construção de novas hegemonias de acordo com interesses populares (GRAMSCI, 2004). Desse modo, a metodologia se pauta em proporcionar espaços de discussão e de exercícios dos sujeitos na construção coletiva de propostas e soluções para os problemas locais, modificando e melhorando as condições de vida e transformando a si mesmos a partir de uma ação consciente. Portanto, embora o foco seja a elaboração do PMBS, a metodologia se

propõe como espaço de tomada de consciência, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar a reflexão do processo: “Por quê? para quê? para quem? e como?”

É essencial que a população perceba a importância de sua participação e permaneça engajada. Para isso, a mobilização social requer um esforço considerável que deve ser contínuo.

5. ACOMPANHAMENTO

A proposta apresentada para o Plano de Mobilização Social proporcionará momentos de participação da sociedade no desenvolvimento dos trabalhos para realização do PMSB.

Para tanto, foram instituídos, por meio da Comissão de Planejamento e Gestão Estratégica (COPLAGE), três grupos de trabalho (GT), que tem por finalidade prestar apoio, assessoramento, consultoria, acompanhamento e desenvolvimento das ações e projetos de melhoria da qualidade, da produtividade e da gestão do serviço público.

As atribuições dos grupos de trabalho são:

I - Viabilizar a implantação dos projetos estratégicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

II - Articular com as demais secretarias e atores externos a viabilização das ações prioritárias com menor custo, maior eficiência, maior eficácia e obtendo de bons indicadores de resultados;

III - Prestar contas de andamento dos projetos mediante realização, no mínimo, de uma reunião mensal da comissão com o Secretário, da qual será lavrada ata circunstanciada com relatórios trimestrais das ações desenvolvidas, bem como o monitoramento dos projetos.

- **Grupo de Trabalho 1** promoverá ações para a revisão e alteração da Lei nº 3820/2012 que institui o Plano Diretor Municipal; e a elaboração e implementação do Plano de Mobilidade Urbana da Serra.
- **Grupo de Trabalho 2** promoverá ações para a revisão e alteração da Lei nº 4010/2013 que institui o Plano Municipal de Saneamento Básico: Eixo Água e Esgoto, bem como todos os trabalhos para sua implementação.
- **Grupo de Trabalho 3** promoverá ações para a revisão e alteração da Lei nº 4194/2014 que institui o Plano Municipal Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, bem como todos os trabalhos para sua implementação; e a fiscalização, acompanhamento e validação do Plano de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.

6. ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

Para alcançar o objetivo de envolver a população na discussão das questões de saneamento básico, construção do diagnóstico, proposição de programas, projetos

e ações e elaboração do documento final do PMSB, a metodologia prevê uma série de atividades.

A mobilização para participação da população será realizada por **SETORES**, sendo:

- **Rural:** representatividades rurais, incluindo Distritos e localidades menores, de modo a buscar dessa parcela da população quais são suas aspirações em relação aos serviços de água, esgoto e manejo de resíduos.
- **Acadêmico:** público acadêmico do Município, incluindo docentes e discentes.
- **Empresarial:** usuários das categorias comercial e industrial, bem como as instituições que lhes representam.
- **Comunitário:** toda população (rural e urbana), bem como seus representantes (Associação de Moradores), Organizações da Sociedade Civil, FAMS, AMO;
- **Institucional:** órgãos públicos e demais instituições (Secretarias de Governo, MPES, Conselhos Municipais, Comitês, Câmara de Vereadores, dentre outros).

A metodologia do PMSB prevê que toda a população seja envolvida na discussão e elaboração de propostas para a melhoria da prestação dos serviços de saneamento básico. Para atender a tamanha demanda, o município será dividido em **05 (cinco) regionais**, sendo elas: **Carapina, Civit, Jacaraípe, Laranjeiras e Mestre Álvaro**, agrupando localidades próximas visando a realização das “reuniões de mobilização” com participação popular.

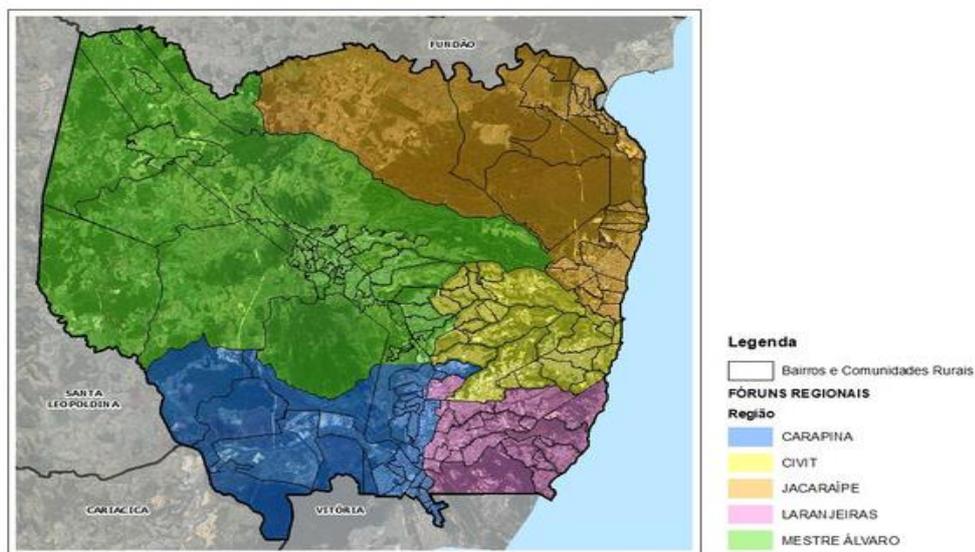


Figura 01 - Divisão territorial consensuada pela equipe técnica COPLAGE

Segundo Toro & Werneck (1997) “uma das formas de se alcançar a coletivização é através da circulação de informações, da divulgação do que está acontecendo nas diversas frentes”. Os autores destacam ainda que:

“No caso da mobilização, o foco é no compartilhamento da informação (não simplesmente na sua circulação) e o resultado desejado é que as pessoas formem opiniões próprias, se disponham a agir e ajam. E mais, que se sintam donas dessa informação, repassem-na, utilizem-na e se tornem elas próprias fontes de novas informações. Para o sucesso de uma mobilização é preciso que todos que dela participam tenham um comportamento comunicativo, tenham interesse e disposição para consumir e fornecer informações”. (TORO & WERNEK, 1997)

6.1. Sistema Virtual de Informação e Participação

A Secretaria Municipal de Comunicação Social criará um sistema virtual que poderá ser acessado no site do município, onde serão disponibilizadas todas as informações pertinentes aos trabalhos, além de permitir acesso aos usuários aos questionários para contribuições e participação nas reuniões de mobilização e nas audiências públicas.

Esse sistema proporcionará que os usuários acompanhem a trajetória dos resultados apresentados no PMSB.

O site contará com as seguintes páginas:

- **Apresentação:** descrição sucinta do projeto e link para que o usuário possa preencher um cadastro eletrônico para que fique informado de todas as notícias e cronograma de ações;
- **Equipe do Projeto:** apresentação da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do PMSB;
- **Notícias:** Relação das notícias publicadas sobre os avanços do Plano;
- **Atas de reuniões:** Exposição das atas com registro fotográfico de todas as reuniões realizadas, incluindo as reuniões de Mobilização Social em cada regional e a memória técnica das audiências públicas;
- **Biomapa:** Mapas temáticos;
- **Produtos:** Apresentação de todos os produtos preconizados. O upload de cada produto será feito após aprovação.

6.1.1. Reuniões de Mobilização

As reuniões de mobilização serão realizados em cada uma das 05 (cinco) regionais informadas acima, e têm como objetivo principal promover um espaço de escuta apurada e sistematização das contribuições da comunidade para a elaboração dos

Diagnósticos Técnicos Participativo, de modo a complementar as informações do ponto de vista dos moradores que conhecem as reais demandas e principais gargalos na política de saneamento do município.

Pressupõe-se ainda, que este olhar apresente os princípios da Lei nº 11.445/2007 de Controle Social e Universalização do Saneamento Básico a fim de apurar a leitura técnica para os impactos e consequências da ausência de uma política de saneamento no cotidiano da população, ajudando assim a definir as prioridades de ações e seus possíveis desdobramentos futuros.

Desse modo, além da apresentação inicial das informações gerais acerca da elaboração do plano, serão destacados os aspectos que envolvem a importância da participação social preconizada no Estatuto das Cidades e na legislação que orienta a elaboração de planos de saneamento, tendo em vista a representatividade e a participação dos sujeitos que buscam superar as profundas desigualdades sócio territoriais que ocorrem na cidade, onde a população é via de regra, o sujeito ausente na definição dos rumos das políticas urbanas. Será apresentado ainda a proposta metodológica de elaboração de mapas temáticos (Biomapa).

Para isso, será apresentado de forma clara, motivadora e estimulante, o roteiro de questões que nortearão o debate. Neste momento, é importante enfatizar os objetivos propostos e os limites do PMSB, de modo a focar o debate nas questões norteadoras para evitar dispersão do tema e consecução do objetivo da audiência.

Para a construção do Biomapa é importante que os técnicos das respectivas áreas se façam presentes para espacializar devidamente e traduzir em legenda as informações indicadas pelos moradores. Para isso, o GT poderá destacar dentre os participantes um ou dois moradores que tenham conhecimento “geográfico espacial” do território para auxiliar o trabalho de marcação no mapa.

Para cada tema, um rol de perguntas serão levantadas, e a partir das contribuições dos participantes serão desenhado pelos técnicos da engenharia os pontos em destaque, de forma participativa o seu respectivo mapa temático, com o auxílio do software de geoprocessamento (imagens e informações), para que toda população tenha acesso aos temas e localizações discutidas.

A aplicação da metodologia do Biomapa, uma forma de construção do diagnóstico e planejamento onde cada participante conhece e se reconhece no território de intervenção colaborando com seu conhecimento, vivência, sugestões e apresentando demandas de melhorias do saneamento básico. A partir das inter-relações dos participantes com seus ambientes, é possível ampliar a percepção dos impactos diretos e indiretos de suas ações.

Com o auxílio de um mapa de cada distrito e/ou localidade, os participantes vão identificando e mapeando cada componente do saneamento básico, bem como outros aspectos interligados como elementos biofísicos e socioculturais. Dessa forma, promove-se o conhecimento popular abrangendo diversas dimensões como ética, social, econômica, cultural, ambiental e educativa, por exemplo. Participam da

oficina, além da população, integrantes do GT que podem complementar dados se baseando no diagnóstico técnico previamente elaborado, esclarecer dúvidas e trocar informações com os presentes.

6.1.2. Encontros Técnicos Participativos

Inicialmente será realizado um Encontro Técnico Participativo (ETP) com cada setor, onde serão identificados os participantes de cada setor, visando o alinhamento das ações, bem como a disseminação máxima das informações. O ETP servirá para a inserção da equipe na comunidade, estabelecendo espaços de diálogo e obedecendo o princípio da ação participativa.

O objetivo é apresentar a proposta de regionalização, o fluxo de encontros previstos, realizar o levantamento de aspirações dos setores para abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos; e solicitar documentos elaborados pelos setores para o desenvolvimento dos planos.

O 2º ETP a ser realizado tem como objetivo a apresentação à comunidade de cada uma das propostas dos Cenários de Referência e Prospectivas e dos Programas, Projetos e Ações. Neste momento serão discutidas com a população a análise dos produtos apresentados e serão coletadas informações e opiniões para melhoria dos resultados.

Quadro 6.1.2 - Programação Encontro Técnico Participativo

| PLANEJAMENTO | DESENVOLVIMENTO |
|----------------------------|--|
| Público | Setores do Governo do Estado, Setores Municipais, Organizações, Movimentos Sociais, Instituições do Terceiros Setor, Ong's, Instituições de Ensino, Instituições ligadas à Gestão de Resíduos e Saneamento |
| Local | Regionais |
| Duração | 2h |
| Coordenação | Grupos de Trabalho |
| Convite/Mobilização | Redes Sociais, carro de som, anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município com prazo de 10 dias de antecedência |
| Metodologia | Participativa, dialógica, expositiva |
| Linguagem | Formal e adequada às características do público participante |

| | |
|------------------------------|---|
| Recursos | Espaço amplo com cadeiras, equipamento de sonorização, <i>datashow</i> , telão, papel branco, canetas |
| Material de apoio | Apresentação em <i>powerpoint</i> com principais pontos da primeira versão do documento final |
| Registro e evidências | Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, ata, fotografias, sistematização das contribuições, documento final |
| Programação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Apresentação da proposta de trabalho ressaltando a importância da participação de todos os setores; ➤ Identificação dos setores e definição de representantes; ➤ Apresentação da proposta de regionalização e do fluxo de encontros; ➤ Levantamento de aspirações dos setores por meio de formulários; |

6.1.3. Audiências Públicas

Quanto ao planejamento das audiências públicas, é importante que os Coordenadores dos Grupos de Trabalho definem os integrantes que ficarão responsáveis por:

- Publicar o edital de audiência pública no Diário Oficial do Município;
- Elaborar apresentação em *Powerpoint* sobre o PMSB;
- Passar lista de presença, fotografar, pontuar o tempo;
- Conduzir a atividade, com exposições sobre os temas;
- Regulamentar as intervenções públicas;
- Sistematização das informações em geral.

1ª Audiência: Apresentação Preliminar

Essa audiência será apresentada aos setores especificados, onde será aberta uma discussão preliminar da realidade atual do saneamento, visando nivelar as informações entre os participantes. Esse espaço permitirá que os participantes manifestem seus anseios e expectativas, além de possibilitar a escolha de representantes de cada setor como figuras referenciais, de modo que acompanhem os trabalhos e multipliquem informações junto aos munícipes.

Nesta 1ª audiência serão apresentados o Plano de Trabalho, o Plano de Mobilização Social, a proposta de regionalização e o calendário dos próximos eventos.

Quadro 6.1.3 (a) - Programação 1ª Audiência

| PLANEJAMENTO | DESENVOLVIMENTO |
|------------------------------|--|
| Público | Setores do Governo do Estado, Setores Municipais, Organizações, Movimentos Sociais, Instituições do Terceiros Setor, Ong's, Instituições de Ensino, Instituições ligadas à Gestão de Resíduos e Saneamento |
| Local | Câmara de Vereadores |
| Duração | 4h |
| Coordenação | Grupos de Trabalho |
| Convite/Mobilização | Redes Sociais, carro de som, anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município com prazo de 10 dias de antecedência |
| Metodologia | Participativa, dialógica, expositiva |
| Linguagem | Formal e adequada às características do público participante |
| Recursos | Espaço amplo com cadeiras, equipamento de sonorização, <i>Datashow</i> , telão, papel branco, canetas |
| Material de apoio | Apresentação em <i>Powerpoint</i> com principais pontos da primeira versão do documento final |
| Registro e evidências | Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, ata, fotografias, sistematização das contribuições, documento final |
| Programação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Apresentação do Plano de Trabalho e Plano de Mobilização ➤ Aplicação de questionário simples para avaliar o conhecimento dos participantes em relação ao saneamento ; ➤ Apresentação resumida: noções do que é saneamento, plano municipal e participação social ; ➤ Participação da comunidade de acordo com os eixos temáticos; |

2ª Audiência - Apresentação do Diagnóstico Técnico Participativo

Esta audiência visa a apresentação do Diagnóstico realizado pelos Grupos de Trabalho com a colaboração das contribuições e indicações dos representantes dos diferentes setores e segmentos sociais.

Será utilizada a metodologia do grupo focal (representantes dos setores), a partir dos segmentos mapeados no município.

Quadro 6.1.3 (b) - Programação 2ª Audiência

| PLANEJAMENTO | DESENVOLVIMENTO |
|------------------------------|--|
| Público | Setores do Governo do Estado, Setores Municipais, Organizações, Movimentos Sociais, Instituições do Terceiros Setor, Ong's, Instituições de Ensino, Instituições ligadas à Gestão de Resíduos e Saneamento |
| Local | Câmara de Vereadores |
| Duração | 4h |
| Coordenação | Grupos de Trabalho |
| Convite/Mobilização | Redes Sociais, carro de som, anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município com prazo de 10 dias de antecedência |
| Metodologia | Participativa, dialógica, expositiva |
| Linguagem | Formal e adequada às características do público participante |
| Recursos | Espaço amplo com cadeiras, equipamento de sonorização, <i>datashow</i> , telão, papel branco, canetas |
| Material de apoio | Apresentação em <i>Powerpoint</i> com principais pontos da primeira versão do documento final |
| Registro e evidências | Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, ata, fotografias, sistematização das contribuições, documento final |
| Programação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Exposição da atual situação dos serviços; ➤ Aplicação de questionário simples abordando a expectativa em relação à melhoria dos serviços; ➤ Participação da comunidade de acordo com os eixos temáticos; |

3ª Audiência – Apresentação dos cenários de referência e prospectiva e dos programas, projetos e ações

Nesta audiência serão apresentados os cenários de referência propostos, prognóstico e os programas, projetos e ações realizados pela equipe técnica com a colaboração dos Encontros Regionais e Técnicos.

Ao final da apresentação de cada eixo do saneamento, a população será instruída a preencher, por escrito, um formulário de contribuições, demarcando se sentem-se contemplados ou não com as propostas expostas e registrando propostas e sugestões. Essas contribuições no instrumento específico para esta finalidade serão transcritas pela equipe de Mobilização Social e poderá subsidiar as adequações dos programas, projetos e ações conforme a realidade local.

Ao término da Audiência, a programação prevê a possibilidade de avaliação deste momento pelos presentes, utilizando formulários de avaliação.

Quadro 6.1.3 (c) - Programação 3ª Audiência

| PLANEJAMENTO | DESENVOLVIMENTO |
|------------------------------|--|
| Público | Setores do Governo do Estado, Setores Municipais, Organizações, Movimentos Sociais, Instituições do Terceiros Setor, Ong's, Instituições de Ensino, Instituições ligadas à Gestão de Resíduos e Saneamento |
| Local | Câmara de Vereadores |
| Duração | 4h |
| Coordenação | Grupos de Trabalho |
| Convite/Mobilização | Redes Sociais, carro de som, anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município com prazo de 10 dias de antecedência |
| Metodologia | Participativa, dialógica, expositiva |
| Linguagem | Formal e adequada às características do público participante |
| Recursos | Espaço amplo com cadeiras, equipamento de sonorização, <i>Datashow</i> , telão, papel branco, canetas |
| Material de apoio | Apresentação em <i>Powerpoint</i> com principais pontos da primeira versão do documento final |
| Registro e evidências | Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, ata, fotografias, sistematização das contribuições, documento final |

| | |
|--------------------|--|
| | |
| Programação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Exposição dos cenários, prognósticos e dos programas projetos e ações após a obtenção das informações ao longo do projeto; ➤ Participação da comunidade; ➤ Encerramento. |

4ª Audiência – Apresentação da versão final do PMSB

Esta audiência visa apresentar a minuta do PMSB e os resultados dos estudos técnicos que darão subsídio para a elaboração do Projeto de Lei. Os apontamentos serão registrados e debatidos no sentido de extrair da Audiência elementos que aperfeiçoem o PMSB e fortaleça o seu aspecto democrático de construção.

Para coleta dos apontamentos serão disponibilizados Formulários de Contribuições onde o interlocutor poderá se identificar e registrar sua contribuição.

Deve-se assegurar todos os trâmites legais para a realização desta, o que inclui a ampla divulgação da mesma e suas formas de monitoramento e avaliação posteriores.

Além dos aspectos relacionados à divulgação, consideramos a importância de estruturar um formato de audiência onde os munícipes e representantes possam contribuir ainda com questões e obter esclarecimentos por parte da equipe.

Considerando a extensão do PMSB, o mesmo deverá ser disponibilizado previamente no formato digital no site do município, assim como seu caderno de diagnóstico, prognóstico e programas e projetos.

A reunião também contará com o cadastramento dos presentes a fim de subsidiar análise de representatividade, bem como alimentar o banco de dados que poderá ser consultado para o prosseguimento dos trabalhos de controle social e revisão do plano nos próximos anos de execução deste.

Conforme preconizado nas demais etapas de mobilização social, a equipe dos GTs deverá adotar uma linguagem formal e acessível aos presentes no processo de apresentação dos planos, bem como estimular que acessem o material completo para que possam se instrumentalizar e acompanhar, de maneira qualificada, o processo de execução dos planos. Essa linguagem também propicia o ambiente de debate que seguirá após as apresentações do plano.

Além da possibilidade de manifestação dos presentes, também serão disponibilizados instrumentos de contribuições que permitirão o registro. Esses instrumentos serão transcritos pela equipe dos GTs. À equipe de mobilização social caberá realizar o registro da reunião a fim de elaborar o relatório da audiência.

Quadro 6.1.3 (d) - Programação 4ª Audiência

| PLANEJAMENTO | DESENVOLVIMENTO |
|------------------------------|--|
| Público | Setores do Governo do Estado, Setores Municipais, Organizações, Movimentos Sociais, Instituições do Terceiros Setor, Ong's, Instituições de Ensino, Instituições ligadas à Gestão de Resíduos e Saneamento |
| Local | Câmara de Vereadores |
| Duração | 4h |
| Coordenação | Grupos de Trabalho |
| Convite/Mobilização | Redes Sociais, carro de som, anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município com prazo de 10 dias de antecedência |
| Metodologia | Participativa, dialógica, expositiva |
| Linguagem | Formal e adequada às características do público participante |
| Recursos | Espaço amplo com cadeiras, equipamento de sonorização, <i>Datashow</i> , telão, papel branco, canetas |
| Material de apoio | Apresentação em <i>Powerpoint</i> com principais pontos da primeira versão do documento final |
| Registro e evidências | Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, ata, fotografias, sistematização das contribuições, documento final |
| Programação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aplicação do questionário final com perguntas objetivas com as considerações finais dos participantes; ➤ Apresentação da versão final do plano; ➤ Participação da comunidade; e ➤ Encerramento. |

6.1.4. Consulta Pública

Consolidado o PMSB após as contribuições, a próxima etapa é disponibilizar a versão do documento final para consulta pública, processo democrático de construção de políticas públicas de forma conjunta entre município e população.

A consulta será aberta no site da Prefeitura, de modo que seja promovida a participação da população que não esteve presente nas audiências públicas.

As contribuições serão sistematizadas após o encerramento do prazo da Consulta Pública sendo comentadas, rejeitadas ou agregadas ao PMSB. Posteriormente, serão encaminhados o Plano consolidado e a Minuta de Lei para análise da Procuradoria Geral do município (PROGER) e para o Gabinete do Prefeito, seguindo depois para oficialização na Câmara Municipal de Vereadores.

Importante o GT definir a equipe que ficará responsável por:

- Encaminhar a versão preliminar do PMSB para consulta virtual;
- Publicar o edital de consulta pública no Diário Oficial do Município;
- Receber, responder e sistematizar as contribuições populares.

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

Quadro 6.1.4 - Programação da Consulta Pública

| PLANEJAMENTO | DESENVOLVIMENTO |
|---|---|
| Público | População em geral |
| Local | Site da PMS |
| Canais de recebimento de contribuições | Criação de e-mail, centralizando recebimento/resposta pelo GT |
| Duração | 30 dias |
| Coordenação | GT |
| Convite/Mobilização | Redes Sociais, anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município |

6.2. Reuniões de Trabalho

Estas reuniões terão como objetivo principal a análise da aderência dos produtos dos planos a serem entregues (Plano de Trabalho; Plano de Mobilização; Diagnóstico Técnico Participativo; Cenários de Referência e Prospectivas; Programas, Projetos e Ações; e a Versão Final dos Planos).

Os produtos serão analisados pelos integrantes dos GTs e as alterações necessárias serão realizadas para a apresentação dos produtos à população nas audiências, sendo realizadas ao todo 05 (cinco) reuniões de trabalho, sempre anteriores às audiências de apresentação dos produtos à população.

6.3. Participação Presencial

Considerando que os problemas de saneamento de uma localidade não são apenas de responsabilidade do setor público, mas também da sociedade, a mobilização da sociedade em torno das questões de saneamento local é de extrema relevância.

Porém, antes da execução das ações de mobilização, é necessário que se propicie um momento de apresentação, capacitação e sensibilização dos sujeitos sociais para o trabalho de informação e difusão da elaboração dos planos.

Compõem esta etapa as seguintes atividades:

- a) Levantar a relação e contatos dos atores sociais Organizações não Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados; Escolas; Gestores Públicos; Universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas; Movimentos sociais; Parlamentares; Técnicos e companhias de saneamento; Agentes comunitários e Setor privado, bem como analisar a distribuição destes pelo território municipal, sendo assim possível detalhar elementos para construção dos "Biomapas" para as reuniões de capacitação e posterior reuniões de mobilização;
- b) Determinar junto com os grupos locais qual a melhor forma de comunicação social na divulgação de todas as etapas de construção dos planos;
- c) Coletar críticas sobre as estratégias de mobilização e elaboração dos planos e promover as posteriores correções nos documentos originais.

De maneira geral, as ações serão desenvolvidas nas seguintes fases:

- 1º Encontro Técnico Participativo - identificação dos participantes de cada setor para planejamento das reuniões preliminares;
- Reuniões de Trabalho - Análise de aderência do Plano de Trabalho, do Plano de Mobilização e da proposta de regionalização;
- **1ª Audiência Pública** - Apresentação preliminar dos serviços de elaboração do PMSB, Plano de Mobilização, Plano de Trabalho, Proposta de regionalização e Calendário dos próximos eventos;
- Reuniões de Mobilização – Construção do Diagnóstico Técnico Participativo juntamente com população e principais setores;
- Reuniões de Trabalho - Análise de aderência do Diagnóstico Técnico Participativo;
- **2ª Audiência Pública** - Apresentação do Diagnóstico Técnico Participativo;
- Reuniões de Trabalho - Análise de aderência dos Cenários de Referência e Prospectiva e dos Programas, Projetos e Ações;

- 2º Encontro Técnico Participativo: Análise de aderência dos Cenários de Referência e Prospectivas e Análise de aderência dos Programas, Projetos e Ações;
- **3ª Audiência Pública** - Apresentação dos Cenários de Referência e Prospectiva e dos Programas, Projetos e Ações;
- Reunião de Trabalho - Análise de aderência da versão final do PMSB;
- **4ª Audiência Pública** - Apresentação da versão final do PMSB.
- Consulta Pública;
- Reunião de Trabalho - Análise das propostas enviadas pela população, após formatar a versão final do PMSB;

7. INSTRUMENTOS DE MOBILIZAÇÃO

A divulgação é um passo essencial para envolver a sociedade na construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, por esse motivo, foram considerados alguns instrumentos de mobilização que serão utilizados com a finalidade de convidar a sociedade organizada e demais segmentos envolvidos nos encontros, consulta e audiências públicas.

Com a finalidade de evitar aglomerações e a propagação de novas cepas de COVID-19, os encontros e audiências públicas estão previstas para serem realizadas preferencialmente na modalidade online, com exceção da equipe técnica que se reunirá semi-presencialmente. Para isso, usaremos uma plataforma de videoconferência que será transmitida simultaneamente em redes sociais da prefeitura, como youtube e facebook.

Os materiais de divulgação, bem como a logomarca, serão desenvolvidos pela secretaria de comunicação da Prefeitura Municipal da Serra. Serão utilizados diferentes meios de comunicação, usando plataformas digitais, avisos sonoros e visuais, para atingir a maior quantidade de munícipes. O quadro 7.1 sintetiza as produções previstas de mídias, o conteúdo e o uso/divulgações ao longo das etapas da revisão dos Planos.

Quadro 7.1 - Síntese de mídias, conteúdo e uso/divulgação

| TIPO DE MÍDIA | CONTEÚDO |
|---------------|----------------------|
| Logomarca | - Identidade visual; |

| | |
|--------------------------------|--|
| QR Code | <ul style="list-style-type: none"> - Identidade visual; - Chamamento para as atividades; - Importância da participação; |
| Outdoor | <ul style="list-style-type: none"> - Identidade visual; - Chamamento para as atividades; |
| Banner | <ul style="list-style-type: none"> - Identidade visual; - Chamamento para as atividades; |
| Rádio | <ul style="list-style-type: none"> - Chamamento para as atividades; - Importância da participação; |
| Redes sociais | <ul style="list-style-type: none"> - Identidade visual; - Questões do Saneamento Básico na Serra; - Etapas da revisão PMSB; - Chamamento para as atividades; - Importância da participação; |
| Site da prefeitura | <ul style="list-style-type: none"> - Identidade visual; - Questões do Saneamento Básico na Serra; - Etapas da revisão PMSB; - Chamamento para as atividades; - Importância da participação; |
| Diário Oficial do Município | <ul style="list-style-type: none"> - Editais de convocação; |
| Carro de som | <ul style="list-style-type: none"> - Chamamento para as atividades; - Importância da participação; |
| Jornal de circulação municipal | <ul style="list-style-type: none"> - Identidade visual; - Chamamento para as atividades; - Importância da participação; |



Figura 02 – Modelo de Convites Eletrônicos

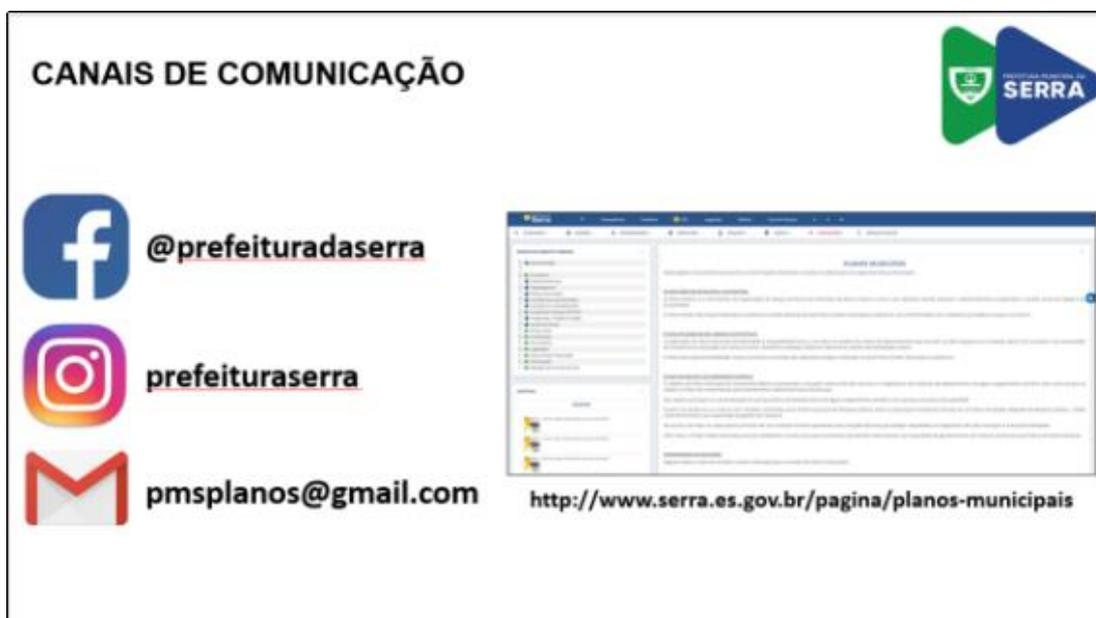


Figura 03 – Canais de comunicação informados na Audiência Pública de Mobilização Social



Figura 04 – Identidade Visual dos Planos

7.1. Meios de verificação das audiências e reuniões

Todas as audiências serão gravadas e passarão na TV Câmara - Câmara Municipal Da Serra - ES, podendo ser acompanhada através do site <<http://www.camaraserra.es.gov.br/tvcamara>> ou pelo canal do youtube Câmara Municipal da Serra . Além disso, contará com a produção de atas, listas de presenças, registros fotográficos, além de relatórios dos encontros, que servirão como evidências da participação e representatividade nas reuniões e audiências. Com isso, possibilitar a atualização da lista de contatos estratégica para a mobilização social do Plano. Os arquivos gerados nos encontros serão organizados e publicados no site da Prefeitura Municipal da Serra.

7.2. Recursos a serem disponibilizados para realização dos trabalhos

Para que as reuniões e audiências, online e presenciais, possam ocorrer serão disponibilizados recursos de apoio, como:

- Espaço para reuniões (disponibilizados pela Prefeitura);
- Telefone convencional;
- Computador com acesso a internet;
- Datashow;
- Apresentação em Power Point;
- Equipamento para fotografia e filmagem;
- Lista de Presença.

- Material de expediente;



PREFEITURA MUNICIPAL DA
SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, EIXOS: ÁGUA, ESGOTO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

LISTA DE PRESENÇA – REGIONAL CARAPINA

Assunto: Revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico - Eixos: Água, Esgoto e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
Local: Centro de Vivência de André Carloni, Rua Santo André nº. 1813, ao lado do Ginásio Poliesportivo Maria de Fátima da Costa.

Data: 24/05/2022 (terça-feira) **Horário – Início:** 19h **Horário – Fim:** _____

| PARTICIPANTES | | | | |
|---------------|---------------|--------|----------|------------|
| Nº | Nome Completo | Bairro | Telefone | Assinatura |
| 1. | | | | |
| 2. | | | | |
| 3. | | | | |
| 4. | | | | |
| 5. | | | | |
| 6. | | | | |
| 7. | | | | |
| 8. | | | | |
| 9. | | | | |
| 10. | | | | |
| 11. | | | | |
| 12. | | | | |

Figura 05 – Modelo proposto para lista de presença



PREFEITURA MUNICIPAL DA
SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, EIXOS: ÁGUA, ESGOTO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

REGIONAL:

Mestre Álvaro

Jacaripá

Carapina

Cívít

Laranjeiras

Questionário de Mobilização Social - 1ª Rodada de Fóruns Regionais

Nome Completo: _____

Bairro: _____

> **ÁGUA**

1) Seu bairro é abastecido por água tratada pela CESAN?

Sim Não Não sei responder Parte do bairro

2) Se o seu bairro NÃO é abastecido pela CESAN, qual fonte de água é utilizada pelos moradores?

Poço artesiano

Lagoa/rio

Cisternas

Outro: _____

3) Quais são as maiores demandas e/ou dificuldades encontradas no seu bairro com relação ao sistema de abastecimento de água?

O abastecimento de água realizado pela CESAN é interrompido/paralisado com frequência;

Muitas residências do meu bairro se utilizam de poços artesanais para abastecimento de água, mesmo tendo a disponibilidade de água da CESAN;

A água da CESAN chega na minha casa com cor ou cheiro que não deveria, com frequência;

A tarifa de água paga para a CESAN corresponde a grande parte da renda mensal da casa;

Meu bairro precisa de ampliação da extensão das redes de abastecimento de água para atender todos os moradores;

No meu bairro acontece vazamento na rede de água com frequência;

Precisamos de campanhas educativas sobre abastecimento de água no nosso bairro;

Outro: _____

> **ESGOTO**

1) Seu bairro possui rede coletora de esgoto operado pela Ambiental Serra?

Sim Não Parte do bairro Não sei responder

2) Se o seu bairro NÃO possui rede de esgoto, qual é o destino dado ao esgoto?

Fossas negras (buraco no solo, podendo ou não ser coberto)

Fossa/filtro/sumidouro

Encaminhado para uma encosta/vale/área verde

Lançamos no córrego/rio/lagoa

Outro: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DA
SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, EIXOS: ÁGUA, ESGOTO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

3) Quais são as maiores demandas e/ou dificuldades encontradas no seu bairro com relação ao sistema esgotamento sanitário?

Grande parte do meu bairro não possui rede coletora de esgoto implantado pela Ambiental Serra;

Muitas residências do meu bairro estão abaixo do nível da rua onde passa a rede de esgoto e por isso não conseguem se ligar;

Muitas residências do meu bairro não se ligam na rede de esgoto mesmo possuindo a disponibilidade;

A tarifa de esgoto paga para a CESAN/Ambiental Serra corresponde a grande parte da renda mensal da casa;

Meu bairro precisa de ampliação da extensão das redes de esgotamento sanitário para atender todos os moradores;

No meu bairro acontece extravasamento nas redes e nas elevatórias de esgoto com frequência;

No meu bairro muitas residências lançam esgoto de forma irregular;

No meu bairro existem valas de drenagem que se tornaram valões de esgoto a céu aberto;

Precisamos de campanhas educativas sobre esgotamento sanitário no nosso bairro;

Outro: _____

> **RESÍDUOS SÓLIDOS**

1) Seu bairro possui ponto viciado de lixo?

Sim Não Não sei responder

2) Seu bairro possui coleta seletiva?

Sim Não Não sei responder

3) O caminhão do lixo passa com frequência no seu bairro?

Sim Não

4) Você conhece as 'áreas' da Prefeitura distribuídas pelo município que recebem resíduos de construção civil de pequenos geradores?

Sim Não

5) Quais são as maiores demandas e/ou dificuldades encontradas no seu bairro com relação aos serviços de resíduos sólidos (lixo)?

O carro do lixo não possui dias certos para coletar o lixo no meu bairro;

Devido a demora da coleta de resíduos, os moradores queimam o lixo;

Não temos no bairro iniciativas de coleta seletiva;

As lixeiras disponibilizadas pela Prefeitura são constantemente quebradas pelo mau uso da população;

Existem muitos pontos no bairro onde a população descarta os resíduos de construção civil de forma inadequada;

Precisamos de campanhas educativas sobre resíduos sólidos no nosso bairro;

Outro: _____

Figura 06 - Questionário de Mobilização Social

7.3. Formas de disponibilização das informações e canais de participação social

De forma a garantir a participação social durante o trabalho de revisão do Plano, além das reuniões e audiências, será disponibilizado um email (pmsplanos@gmail.com) e contato telefônico para que a população possa se informar sobre o processo de elaboração, objetivos, e demais estruturas, além de expor sugestões e dúvidas.

Através do site <<http://www.serra.es.gov.br/pagina/planos-municipais>> é possível realizar o acompanhamento e acesso às informações e materiais produzidos dos seguintes Planos Municipais:

- Plano Municipal De Gerenciamento De Resíduos;
- Plano Municipal De Saneamento;
- Plano Municipal De Mobilidade E Acessibilidade;
- Plano Diretor Municipal Sustentável;

Será distribuído um questionário de avaliação em todos os encontros e audiências públicas com a finalidade de levantar os aspectos gerais referente ao conteúdo, contribuições, metodologia e demais questões relevantes destacadas pelos participantes. Em caso de perdurar a pandemia, de forma a impedir qualquer encontro presencial, esse questionário será disponibilizado por meio de plataformas virtuais como o *google forms*. Os dados serão compilados, apresentados e disponibilizados por meio de relatório disponibilizado aos munícipes.

Os dados obtidos serão compilados por meio de um relatório que ficará disponível para consulta como os demais documentos e arquivos gerados nas audiências, reuniões e encontros técnicos, como atas, registros audiovisuais, relatórios e outros. Poderão ser consultados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e no site da Prefeitura Municipal da Serra.

Além dos demais meios de contato e consulta também será possível utilizar o E-sic (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), os meios de contato se encontram no Quadro 7.2.

Quadro 7.2 - Meios de contato com o E-Sic

| | |
|---------------------------------|---|
| Endereço eletrônico | http://transparencia.serra.es.gov.br/esic.aspx |
| Endereço físico | Rua Maestro Antônio Cícero, nº 111 - Prefeitura Municipal da Serra, Térreo, no bairro Caçaroca em Serra/ES |
| Horário de funcionamento | Segunda à sexta, 8h às 12h e das 13h às 17h, exceto feriados. |
| E-mail | cgm.esic@serra.es.gov.br |
| Telefone | (27) 3291-2350 |

8. FASES DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO

A execução do Plano de Mobilização contemplará quatro fases principais, visando o alcance dos objetivos propostos.

8.1. FASE 1: Estimular os Setores Sociais a Participarem do Processo

Quando da execução dos trabalhos, será realizada como primeira ação deste Plano de Mobilização, o levantamento e identificação das organizações dos diversos setores sociais por meio da contatação das entidades, buscando contemplar os diferentes segmentos da cidade, tanto no meio rural quanto no urbano, com o objetivo de fomentar os setores sociais a participarem do processo construtivo.

Assim, visando garantir a representatividade pretendida pelo Plano Municipal de Saneamento Básico – Eixos: Água, Esgoto e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, será necessária a participação dos setores, para possibilitar a obtenção de informações com as entidades públicas federais, estaduais e municipais, bem como com as entidades contidas nos empreendimentos privados, cuja participação é fundamental para construção e revisão do PMSB/PMGIRS.

Dessa forma, o Plano de Mobilização pretende envolver os setores estaduais e municipais, organizações/movimentos sociais, instituições do terceiro setor/ONG's, instituições de ensino, instituições ligadas a gestão de resíduos, conforme descritos no Quadro 8.1, os quais serão convidados a participarem de reuniões setoriais, sendo convidados por meio de ofícios, e-mail ou telefone e mobilização interna.

Quadro 8.1 – Principais setores, órgãos e instituições envolvidos na construção e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico Eixos: Água, Esgoto e Manejo de Resíduos Sólidos.

| INSTITUIÇÕES POR SETOR | | | |
|---|--|--------------------------------|------------------------------------|
| Setores do Governo de Estado | | | |
| IDAF | IEMA | AGERH | INCAPER |
| DEFESA CIVIL | POLÍCIA MILITAR | POLÍCIA CIVIL | SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE |
| SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | AMUNES | | |
| Setores Municipais | | | |
| Todas as Secretarias Municipais | Coordenadoria de Governo/Gabinete do Prefeito | Conselhos Municipais | Câmara Municipal de Vereadores |
| PROGER | Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental | | |
| Organizações/Movimentos Sociais/Instituições do Terceiro Setor/ONG's | | | |
| Conselhos de Classes (CREA/ES, CAU, CRQ, CRBio) | Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis | | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Espírito Santo - FTIEES | Sindicato do Setor Industrial | Sindicato do setor Imobiliário | Sindicato do setor de Turismo |
| OAB | Diocese | Sindicato Rural | Movimentos Sociais |
| Federação das Associações de Moradores da Serra - FAMS e AMO | ABREN | ABRELPE | |

| Instituições de Ensino | | | |
|---|--|---|---|
| IFES | Escolas Municipais | Multivix | Escolas Estaduais |
| Pesquisadores da Área de Saneamento | FABRA | UNESC | DOCTUM |
| UCL | UFES | CEDETEC | |
| Instituições ligadas à gestão de resíduos | | | |
| Corpus Engenharia e Obras | MARCA AMBIENTAL | Empresas de destinação de resíduos | SINDUSCON/ES - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo |
| Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Espírito Santo | CETURB | Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL | EMEC |
| Empresas e Indústrias localizadas no município | SINDIROCHAS - Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais | Sindicato de Empresas de Transporte | Associação dos Empresários da Serra - ASES |
| FINDES - Federação dos Trabalhadores na Indústria do Espírito Santo | Produtores e Comerciantes de Pneumáticos | Associação das Empresas de Saneamento Coleta e Transporte | Produtores e Comerciantes de Lâmpadas |
| Produtores e Comerciantes de Pilhas e Baterias | Produtores Comerciais de Eletroeletrônicos | Associação Brasileira de Eng Sanitária e Ambiental-ABES | |
| Instituições ligadas à gestão do saneamento | | | |
| ARSP | CESAN | Ambiental Serra | |

8.2. FASE 2: Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação

Serão utilizadas as seguintes estratégias de comunicação e mobilização popular, visando a convocação dos diversos grupos e comunidades para participar do processo construtivo: divulgação por meio de outdoor, carros de som, site da Prefeitura da Serra, Rádio Comunitária, jornal de circulação municipal e demais meios de divulgação, conforme descrito no Quadro 7.1.

Será divulgado no site da Prefeitura da Serra no link Planos Municipais, o acesso às informações sobre o diagnósticos, estudos preliminares, os serviços prestados e avaliações realizadas, os eventos previstos e as propostas, buscando a descentralização e publicidade das informações executadas pelo Grupo Técnico responsável pela construção e revisão dos Planos, visando à participação da sociedade nos processos decisórios.

8.3. FASE 3: Promover a discussão e a participação popular na formulação, discussão de propostas e instrumentos do Plano

Esta fase contemplará a realização de reuniões junto às comunidades do Município da Serra, visando a discussão sobre os aspectos relacionados ao saneamento, promovendo a interação e o comprometimento da comunidade no processo de construção e revisão dos planos. Por meio do contato com os Presidentes das Associações de Moradores, bem como da Federação das Associações de Moradores do Município da Serra no Estado do Espírito Santo.

8.4. FASE 4: Garantir a avaliação e respostas a todas as emendas apresentadas ao Plano

Nesta fase serão coletados dados para subsidiar a elaboração e revisão dos Planos, com foco nas prioridades de atendimento aos serviços de saneamento básico apresentadas por cada representante dos setores contemplados no Quadro 8.1.

Todas as informações fornecidas pelos representantes serão analisadas e verificadas se estas coincidem com o esperado pela população. Serão recebidas todas as contribuições fornecidas pela população interessada diretamente na construção e revisão dos Planos, assegurando que todas as sugestões estejam contempladas.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Com base na apresentação dos dados coletados, a sociedade e o poder público poderão discutir medidas eficazes, visando à implementação das melhorias nos serviços de saneamento básico oferecidos. Assim, poderá ser definida a responsabilidade dos atores envolvidos, com vistas a universalizar o acesso aos

serviços públicos. A partir desse processo, a garantia de qualidade e suficiência no suprimento, bem como melhores condições de vida à população e das condições ambientais serão uma realidade mais concreta aos munícipes.

É de extrema relevância que o PMSB/PMGIRS dialogue com a educação ambiental e sanitária. Sendo assim, espera-se que a Prefeitura incentive a sensibilização das questões ambientais e sanitárias para reflexão do problema tanto no processo de discussão do Plano, quanto no de execução. Afinal, para que a população reveja seus hábitos e práticas e os adequem, se for o caso, e esteja receptível e consciente das novas tecnologias implementadas, é necessário que exista um trabalho de educação ambiental e sanitária continuadas.

Espera-se ainda, que com a mobilização social e as questões advindas dela, como as percepções e opiniões dos moradores, assim como os diagnósticos previstos no Plano, se efetivem na implementação de práticas e tecnologias adequadas à realidade local, com a mitigação de eventuais impactos ambientais e à saúde. Dito de outra forma, visa-se que a mobilização exerça uma conscientização da população e dos políticos para uma melhora da qualidade de vida local.

Outro resultado esperado desse processo participativo, que é a mobilização social, é a construção de um cenário em que a população emergja como ator efetivo, protagonista na identificação de problemas e proposição de soluções.

10. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CHAUÍ, Marilena. **Considerações sobre a democracia e alguns dos obstáculos à sua concretização.** São Paulo: USP, [s.d.]. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5135878/mod_resource/content/1/Chauí%20democracia.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano. **Plano de mobilização social.** Elaboração dos planos de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos. Vitória: SEDURB, 2016.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Tendências contemporâneas da participação popular: experiências dos conselhos municipais de saúde do Espírito Santo. **Revista de Políticas Públicas.** Vitória, ES, p. 722-736, 2020.

_____. Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. *In*: SILVA, Marta Zorzal; BRITO JUNIOR, Bajonas Teixeira de. (Orgs.). **Participação social na gestão pública: olhares sobre as experiências de Vitória-ES.** Vitória: Annablume Editora, 2009.

FERREIRA, Andreza Alves. **Participação, sociedade civil e a capacidade de influenciar políticas sociais: o caso do conselho municipal de educação da Serra.**

2006, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Política Social - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

PINTO, Roselaine Carlos. **Conselho Popular de Vitória:** formação e trajetória de um movimento, 1986-2004. 2007, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Política Social - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

TORO, c. José Bernardo e WERNECK, Nisia Maria Duarte Furquim. **Mobilização Social:** um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF- Brasil, 1996.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento.** Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. **Decreto Federal no 7.404**, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasil, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (PMCI). Secretaria de Urbanismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Plano Municipal de Água e Esgoto e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.** 2021. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/urbanismo-desenvolvimento-e-meio-ambiente-semurb/plano-municipal-de-agua-e-esgoto-e-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos/>

_____. **Lei Federal nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Brasil, 2010. BRASIL. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

_____. **Lei Federal nº 11.445**, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>.

_____. **Decreto Federal nº 7.217**, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7217.htm>.

____. **Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>.

____. **Lei Federal nº 14.026**, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm>.